

“É preciso polarizar para polemizar?”

232

Laís Maria Oliveira

Universidade Federal de São João del Rei

Resumo:

Com este artigo, pretendemos refletir, a partir da obra *A Peste* (1947), de Albert Camus, sobre o corpo e a vida, tanto humana quanto animal, ou o limiar entre as duas condições, quando por motivos de doença, experimento ou alienação, as espécies alcançam um mesmo patamar, desfazendo as hierarquias e os binarismos.

Palavras-chave: animal, humano, limiar, Albert Camus, *A Peste*.

Abstract:

With this article, we pretend reflect, from the book *The Plague* (1947), written by Albert Camus, about the body and the life, both human and animal, or the threshold between the two conditions, when due to illness, experiment or alienation, the species reach the same level, undoing the hierarchies and binarisms.

Key-words: animal, human, threshold, Albert Camus, *The Plague*.

“O flagelo não está a (*sic*) altura do homem; diz-se então que o flagelo é irreal, que é um sonho mau que vai passar. Mas nem sempre ele passa e, de sonho mau em sonho mau, são os homens que passam e os humanistas em primeiro lugar, pois não tomaram as suas precauções.”

Albert Camus, 1947

Introdução

Com este artigo, pretendemos refletir, a partir da obra *A Peste* (1947), de Albert Camus, sobre o corpo e a vida, tanto humana quanto animal, ou o limiar entre as duas condições, quando por motivos de doença, experimento ou alienação, as espécies alcançam um mesmo patamar, desfazendo as hierarquias e os binarismos¹. O livro de Camus, publicado em 1947, é visto por muitos críticos como uma alegoria à Segunda Guerra Mundial, principalmente no que diz respeito ao regime nazista. O próprio autor teria afirmado que sua obra refletia sobre políticas totalitaristas.

A partir do enredo da obra e das alegorias nela contidas, faremos algumas considerações acerca da condição humana e/ou animal, a partir do conceito de “biopolítica”, formulado por Michel Foucault e retomado por Giorgio Agamben, principalmente em suas obras *Homo Sacer – O poder soberano e a vida nua I* (1995) e *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (*Homo Sacer III* – 1998), em que o autor italiano discute acerca do poder político exercido sobre a vida privada e pública, dos homens, e, sobre o testemunho daqueles que estiveram no campo de concentração. Para a reflexão sobre o lugar do homem e do animal na cultura e mesmo na política, ou, antes, das situações em que homem e animal são vistos de um mesmo plano, lançaremos mão da obra *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*, vol. 2 (1980) de Gilles Deleuze e Felix Guattari.

O corpo como ferramenta política

O corpo, nas últimas décadas, tem sido objeto de estudos em diversas áreas. Um dos motivos dos olhares atentos a este tema deve-se aos estudos iniciados por Foucault², que viu como o poder político era já exercido em nossa maneira de estar no mundo, ou seja, através de nosso corpo. Agamben tem dado continuidade a esses estudos, correlacionando-os principalmente ao nazismo, além de outros totalitarismos que viram

1 A noção de binarismo é abordada neste artigo como duas vertentes consideradas opostas, assim como o antropólogo Levi Strauss propôs em *O cru e o cozido: Mitológicas I* (1964).

2 Principalmente, em *História da Sexualidade I: A vontade de saber*.

no corpo a maneira de disciplinar e controlar a população. Segundo o filósofo:

A grande novidade do nacional-socialismo consiste, segundo Reiter, no fato de que é este patrimônio vivente que passa agora ao primeiro plano nos interesses e nos cálculos do Reich e torna-se a base de uma nova política, que começa antes de tudo por estabelecer “o balanço dos valores vivos de um povo” e se propõe a assumir os cuidados do “corpo biológico da nação”. (2002, p. 152).

Foucault já havia analisado como o poder estatal via no trato com a população a maneira de atingir seus objetivos. Sua obra *História da Loucura* (1964) retrata os abusos que sofriam as pessoas com problemas mentais, em nome da higienização e saúde da população. Como sabemos, o governo alemão, além da caça aos judeus, promoveu, entre muitas outras medidas, uma “limpeza” no país, através de um programa de eutanásia que durou 15 meses. Como afirma Agamben:

O instituto recebia a cada dia cerca de setenta pessoas (em idade variável de 6 a 93 anos), escolhidas entre os doentes mentais incuráveis espalhados pelos vários manicômios alemães. Os doutores Schumann e Baumhardt, que tinham a responsabilidade do programa em Graeneck, submetiam os doentes a uma consulta sumária e decidiam se estes apresentavam os requisitos exigidos pelo programa. Na maior parte dos casos, os doentes eram mortos nas 24 horas seguintes à chegada a Grafeneck; primeiro era-lhes ministrada uma dose de 2cm de Morphium-Escopolamina e depois eram introduzidos em uma câmara de gás. Em outros institutos (como, por exemplo, em Hadamer), os doentes eram mortos com uma forte dose de Luminal, Veronal e Morphium. Calcula-se que deste modo foram eliminadas cerca de sessenta mil pessoas.” (2002, p. 148).

Os principais argumentos utilizados pela política nazista para esse tipo de programa eram a evolução biológica e social da Alemanha, numa tentativa de progresso do país, em escala mundial. Para isso, era feita uma grande quantidade de pesquisas, não somente na área biológica, mas também nas engenharias, e mesmo na arte. No entanto, foi na biopolítica que o regime viu maior obtenção de resultados, destinando para esse fim todo o aparato necessário.

Essas pesquisas demandaram enormes encargos financeiros, em um momento em que a máquina pública estava empenhada no esforço bélico. Segundo Agamben, Hitler, mesmo sendo perfeitamente consciente da impopularidade do programa, quis a todo custo a sua

realização (Cf. AGAMBEN, 2002). Para o filósofo, isso se justifica pelo fato de que em tal programa estivesse em questão o exercício e o poder soberano de decidir sobre a vida nua. Como afirmam Deleuze e Guattari: “É aí que o evolucionismo pode ver um progresso, nessa aventura que acontece igualmente aos bandos humanos quando eles reconstituem um familiarismo de grupo, ou até um autoritarismo, um fascismo de matilha”. (1997, p. 28). De fato, vários outros projetos científicos foram implantados no país e, durante o período, a medicina avançou em grande escala. Muitos tratamentos desenvolvidos hoje foram decorrentes de experimentos do estado nacional-socialista. Este quadro retrata como a vida humana, assim como a animal, é utilizada em nome da evolução tecnológica e científica. Humanos e animais se encontram aqui numa mesma escala, objetos de pesquisas, cobaias utilizadas em prol da ciência, em benefício da saúde da sociedade. Parece-nos que essa sociedade de guerra é tomada por devires animais, vendo a vida humana e animal como parte da cadeia alimentar. Não consideradas como sujeitos, as espécies se tornam corpo, carne, *corpus* de pesquisa. É aqui que a vida privada se torna pública, lugar em que a decisão de vida e morte é tomada pelo outro. Esse outro é o poder estatal e também o médico, que assume um papel tão importante quanto o do líder, pois cabe também a ele o direito de decidir sobre a continuidade da vida de seus pacientes:

O fato é que o Reich nacional-socialista assinala o momento em que a integração entre medicina e política, que é uma das características essenciais da biopolítica moderna, começa a assumir a sua forma consumada. Isto implica que a decisão soberana sobre a vida se desloque, de motivações e âmbitos estritamente políticos, para um terreno mais ambíguo, no qual o médico e o soberano parecem trocar seus papéis. (AGAMBEN, 2002, p. 150)

Ambas as categorias, humana e animal, passam a habitar um lugar em comum, em nome do progresso da sociedade. E cabe à instância política e ao médico decidirem sobre o método de pesquisa e controle de saúde dos seres. Veremos a seguir, como o romance de Camus aborda esta união entre governo e médicos, tanto no tratamento com a peste, quanto durante a ocupação nazista, pano de fundo da obra.

Sobre ratos e homens

A Peste retrata uma epidemia ocorrida em Orã, uma pequena cidade da Argélia, onde a principal ocupação dos habitantes é o trabalho para a acumulação de bens. O médico Bernard Rieux, narrador da história, é também seu protagonista, pois acompanha passo a passo o início e o fim da doença. Os primeiros a contrair a peste são os ratos, que saem dos esgotos e se espalham por toda a cidade, vomitando sangue e soltando grunhidos até a morte:

Mas, nos dias que se seguiram, a situação agravou-se. O número de roedores apanhados ia crescendo e a coleta era a cada manhã mais abundante. A partir do quarto dia, os ratos começaram a sair para morrer em grupos. Dos porões, das adegas, dos esgotos, subiam filas titubeantes, para virem vacilar à luz, girar sobre si mesmos e morrer perto dos seres humanos. (CAMUS, 2008, p. 20).

236

Num primeiro instante, ninguém dá muita importância aos ratos, ainda que estes se espalhem em uma enorme quantidade. Porém, tudo muda quando aparecem as primeiras pessoas infectadas com o vírus. A cidade entra em pânico, pois a peste chega com muita violência e as pessoas morrem, em poucos dias.

A imprensa, tão indiscreta no caso dos ratos, já não mencionava nada. É que os ratos morrem na rua e os homens, em casa. E os jornais só se ocupam da rua. Mas a Prefeitura e a Câmara começavam a questionar-se. Enquanto cada médico não tinha tido conhecimento de mais de dois ou três casos, ninguém pensara em se mexer. Mas, em resumo, bastou que alguém pensasse em fazer a soma e a soma era alarmante. Em apenas alguns dias, os casos mortais multiplicaram-se e tornou-se evidente, para aqueles que se preocupavam com a curiosa moléstia, que se tratava de uma verdadeira epidemia. (p. 39).

Quem sabe tomado pelas ideias de seu colega Sartre, Camus não deixa de tocar, neste ponto do romance, na discussão sobre o público e o privado. A imprensa, responsável pela divulgação das notícias de interesse público, não dá importância a casos isolados. Mas com o aumento do número de vítimas, a situação muda. Assim como na política, na mídia, o foco das ações se dá na maior parcela da população, na grande massa. Casos isolados não garantem apoio político e nem vendem jornais. No entanto, quanto maior o número de vítimas atingidas, tanto mais medo

e cobrança da população. Através das catástrofes e do caos, o poder encontra seu subsídio, garantindo assim sua hegemonia.

Com o perigo da epidemia, homem e animal infectados se encontram na mesma situação, vistos como corpos que se tornam ameaça para toda a cidade. Como afirmam Deleuze e Guattari:

Esta tudo aí: um devir-animal que não se contenta em passar pela semelhança, para o qual a semelhança, ao contrário, seria um obstáculo ou uma parada; um devir-molecular, com a proliferação dos ratos, a matilha, que mina grandes potências molares, família, profissão, conjugalidade.” (1997, p.12)

Com a peste, ratos e homens contaminados se tornam perigo para toda a população. Suas instituições – a política, o casamento, a família – nada podem fazer para frear a doença, ela se alastra rapidamente. O homem contaminado é transpassado por seu devir-animal, devir-rato, corpo doente que se tornou, e portanto deve ser repellido, isolado, mantido sob observação. O prefeito da cidade reúne sua comissão e os médicos: medidas devem ser tomadas, é preciso tratar os doentes, isolar as pessoas que com eles estiveram, a família deve ficar de quarentena, cada membro em um lugar distinto, os portões da cidade devem ser fechados. Ninguém sai e ninguém entra. Pessoas morrem todos os dias e não há cura para a peste, que posteriormente detectariam como a peste bubônica. Com o aumento do número de doentes e nenhum sinal de melhora ou salvação, vidas vão sendo consumidas diariamente na cidade.

Os corpos, primeiramente enterrados, encham o cemitério, e é preciso colocar dezenas de corpos num mesmo buraco, numa mesma sepultura. Cada vez mais nítida, a alegoria do extermínio dos judeus toma conta do romance. Camus, ressaltando as características do regime, ironiza o tratamento dado ao corpo humano, “diferente” do animal:

“Depois de acabadas as viagens da ambulância, levavam-se as macas em cortejo, deixavam escorregar para o fundo, mais ou menos ao lado uns dos outros, os corpos desnudados e ligeiramente retorcidos que, nesse momento, eram recobertos de cal viva e depois de terra, mas só até uma certa altura, a fim de poupar espaço para futuros hóspedes. No dia seguinte, os parentes eram convidados a assinar um registro, o que mostra a diferença que pode haver entre homens e, por exemplo, os cães: a verificação era sempre possível.” (Op. Cit., p 167).

Agamben discorre sobre tal tratamento dado à morte do corpo e também sobre o estado em que chegavam muitas pessoas no campo de concentração, em seu livro *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III – 2008). Chamados pelas testemunhas de *muçulmanos*, tais seres chegavam a tamanho estado de desnutrição, que já não podiam ser vistos como humanos pelos outros no campo de concentração e mesmo pelos soldados. Quando da morte do corpo, não se podia chamá-los de mortos, pois assim já se encontravam mesmo antes de pararem de respirar:

“O assim chamado Muselmann, como era denominado, na linguagem do Lager, o prisioneiro que havia abandonado qualquer esperança e que havia sido abandonado pelos companheiros, já não dispunha de um âmbito de conhecimento capaz de lhe permitir discernimento entre bem e mal, entre nobreza e vileza, entre espiritualidade e não espiritualidade. Era um cadáver ambulante, um feixe de composições físicas já em agonia. Devemos, por mais dolorosa que nos pareça a escolha, excluí-lo da nossa consideração.” (2008, J. Améry *apud* Agamben, p. 49).

Retomando Orã como uma alegoria ao campo de concentração, Camus reflete sobre a condição humana, sobre como o corpo é tomado como objeto público, sendo retirado de sua condição de espécie privilegiada, numa situação em que todas as espécies se encontram na mesma linha: ameaças que devem ser controladas, ou mesmo eliminadas, para a continuidade da vida, ainda que isso soe contraditório. Depois da morte dos ratos e da reclusão de humanos, os gatos e cães da cidade são mortos, para que não prolifere a infecção através do contato ou mesmo de pulgas:

“Descobria-se que o velhote dos gatos vivia também na tragédia. Certa manhã, com efeito, haviam soado tiros e, como escrevia Tarrou, alguns estilhaços de chumbo tinham matado a maior parte dos gatos e aterrorizado os outros, que tinham abandonado a rua”. (op.cit., p.110).

Além de todos esses cuidados e com os portões fechados, as famílias separadas – temos um retrato fiel dos campos de concentração. E o ápice da retomada, quando, com o cemitério já cheio, é preciso queimar os corpos. Segundo Agamben:

“A verdade difícil de ser aceita pelas próprias vítimas, mas que mesmo assim devemos ter a coragem de não cobrir com véus sacrificiais, é que os hebreus não foram exterminados no curso de um louco e gigantesco

holocausto, mas literalmente, como Hitler havia anunciado, “como piolhos”, ou seja, como vida nua. A dimensão na qual o extermínio teve lugar não é nem a religião nem o direito, mas a biopolítica.” (2002, p.121).

É preciso salientar que todos os corpos estão à mercê da doença: o vírus liga todas as espécies em um mesmo bloco de possíveis vítimas. Ratos, gatos, cães e homens, todos podem estar contaminados e é necessário conter a doença. A prefeitura, o poder político, juntamente com os médicos, exercendo suas atividades pela saúde da população, pela higienização da cidade, manda exterminar todos os animais domésticos, para que o vírus não se espalhe ainda mais. Como apontam Deleuze e Guattari:

239

Se a evolução comporta verdadeiros devires, é no vasto domínio das *simbioses* que coloca um jogo de seres de escala e ritmos inteiramente diferentes, sem qualquer filiação possível. Há um bloco de devir que toma o gato e o babuíno, e cuja aliança é operada por um vírus C. (1997, p.19).

A aliança causada pela peste põe homem, cão, gato e rato em um mesmo patamar, numa zona de indiferença, em um trânsito contínuo. Para os pensadores, este tipo de comunicação transversal entre populações heterogêneas é a responsável pela evolução, ou involução, como eles a preferem nomear. Segundo eles, “os bandos, humanos e animais, proliferam com os contágios, as epidemias, os campos de batalha e as catástrofes.” (p. 23). Foi através das guerras e por causa delas que a sociedade tem evoluído, como já apontamos antes, através das pesquisas e progressos biológicos. O antídoto para a doença existe, porque primeiro houve a epidemia, e com ela os testes de soros em animais e humanos, até que se encontrasse a cura e a “vida” seguisse seu curso.

O terceiro reino (ou o entre-lugar³)

Diante do acontecimento histórico que marcou, de forma abrupta, as considerações teóricas sobre a política, e que trouxe à tona o processo de apoderamento do corpo privado em nome do poder público, podemos tirar algumas considerações sobre os novos paradigmas de nosso tempo. Um desses paradigmas é a desconstrução⁴ dos binarismos e, no que aqui se refere, ao binarismo homem/animal. Com o atual poder tecnológico e científico, novos modelos fazem cair por terra formas de pensar que, por muito tempo, e ainda hoje, em determinados lugares-comuns, são a base de pensamentos fundamentalistas. Não só há novas possibilidades para certa simbiose ou nivelamento das espécies, como novas categorias são postas à prova para os atuais modos de vida. A máquina biológica, seja ela homem, animal ou *cyborg*, é pensada hoje em suas multifunções e metamorfoseada em híbridos, como é o caso da prótese mecânica em humanos e animais, ou nas pesquisas em inteligência artificial e nanorrobótica.

A biotecnologia como ferramenta de pesquisa e mesmo como estratégia para a solução de diversos problemas de saúde física e mental, deve ser pensada na esfera política e educacional, para que não provoque mudanças bruscas, sem que estejamos preparados para tal, e, mais que isso, para que não caia em um poder soberano, que queira o avanço tecnológico a qualquer preço, desprezando as demais categorias. No entanto, é preciso ressaltar, que, como estratégias teóricas, as novas pesquisas têm suscitado boas reflexões e eliminado diversos preconceitos acerca da diferença, além de terem aberto caminhos para uma aliança entre termos que soavam antes como contraditórios.

Assim, não se trata de negar o pensamento filosófico existencialista que vê a condição humana como resultante da cultura, e não apenas

3 Conceito cunhado por Silviano Santiago, no ensaio “O Entre-Lugar do Discurso Latino Americano” (1978), e entendido enquanto ação contingente de resistência à degradação perpetuada por discursos hegemônicos. Torna-se importante na medida em que reconfigura os limites difusos entre centro e periferia, cópia e simulacro, autoria e processos de textualização, literatura e uma multiplicidade de vertentes culturais que circulam na contemporaneidade e ultrapassam fronteiras.

4 Termo proposto por Jacques Derrida, que aparece pela primeira vez em sua obra *A escritura e a diferença* (1967) para um processo de análise crítico-filosófica que tem como objetivo imediato a crítica da metafísica ocidental e da sua tendência para o logocentrismo, incluindo a crítica de certos conceitos (o significado e o significante; o sensível e o inteligível; a origem do ser; a presença do centro; o *logos*, etc.)

como objeto biológico, como algumas correntes naturalistas afirmavam. O livro de Camus retrata os excessos e atrocidades cometidos em nome da higienização e “pureza da raça”. Nosso maior desafio é a releitura dos acontecimentos históricos e das correntes de pensamento foram sendo construídas durante o percurso. O terceiro reino em que se transformou o campo de concentração, segundo Agamben (Cf. 2002), deve ser trazido hoje, desprezando seu lugar de origem, como modo de desarticular os paradoxos, num novo tipo de pensar em que todas as barreiras acabem ruindo e onde todas as margens transbordem.

Pensar o homem e sua relação com a cultura inclui abordar as maneiras em que humano e animal se diferenciam e se entrecruzam, seja no comportamento, em suas relações sociais, seja através da maneira como são encarados, numa aproximação biológica e ideológica dos corpos. Até pouco tempo, quando manipulada por instrumentos opressores, essa aproximação gerou atitudes segregacionistas e estabeleceu hierarquias, tais como o pensamento de que o europeu branco representaria a verdadeira humanidade, enquanto as outras raças seriam versões imperfeitas ou degradadas; a mulher seria um ser inferior ao homem, como podemos observar em casos como o da *Vênus Negra*, em que o corpo diferente é rebaixado a uma subcategoria e/ou assujeitamento e a visão de que o animal é apenas um objeto a serviço da humanidade, sem a consideração de sua importância para o equilíbrio do meio. Desfazer os essencialismos e encontrar o entre-lugar na teoria, em que as barreiras disciplinares sejam rompidas para uma discussão mais profunda, parece ser uma das formas para evitar acontecimentos como o campo de concentração e as pesquisas biológicas sem escrúpulos.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Trad. Selvino J. Assmann. – São Paulo: Boitempo, 2008.

CAMUS, Albert. *A Peste*. Trad. Valerie Rumjanek. – Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

DELEUZE E GUATTARI. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol.4*. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido: Mitológicas I*. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

SANTIAGO, Silviano. “O Entre-Lugar do Discurso Latino Americano.” In: _____. *Uma Literatura nos Trópicos* – ensaios sobre dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.